

SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE FEVEREIRO/2025

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

26/02/2025 CEDIPI/PR

Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro do ano de 2025, às 9h00, em primeira convocação e às 9h15, em segunda convocação, na sala de gestão do Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campo, s/nº, 7º andar – bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início a Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, para a qual os conselheiros foram previamente convocados. No horário pré-determinado, o Presidente Jorge Nei Neves solicitou em primeira chamada à apresentação dos conselheiros presentes: **Conselheiros Representantes Governamentais:** Titular: Sebastião Cavalcanti Neto (SETI); Suplente: Victor Hugo Ribeiro Florentino dos Santos (SETR); Titular: Lucimeri Sampaio Bezerra (COHAPAR); Titular: Larissa Marsolik (CPPI/SEMIPI); Suplente: Leticia Pelissari Datsch (CPPI/SEMIPI); Titular: Dirce Jastale (SEAP); Titular: Sibeli Lustosa de Camargo Vicki (SEFA); Suplente: Adriane Miró Vianna Benke Pereira (SESA); **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Lysandra Pupim (CEGEN); Titular: Marcos Aparecido Juncker (Pastoral da Pessoa Idosa); Titular: Adrianis Galdino da Silva Junior (CRESS/PR); Titular: Jorge Nei Neves (ASFAPIN); Titular: Maria Lourdes Menon Schram (Provopar Cascavel); Titular: Terezinha Correa Maciel Barbosa (API); Suplente: Cayo Miguel Angel Martin Cristobal (IPC); Titular: Mônica Pereira de Freitas (ASP); Suplente: Célia de Jesus Souza Messias de Paula (Santa Casa); Titular: Bernadete Dal Molin Schenatto (IAPPESP); Titular: Fernanda da Rocha Salles (Socorro aos Necessitados); Suplente: Luis Eduardo Alcântara Madureira (Socorro aos Necessitados); Titular: Thais Caroline Larini Presense Lisboa (Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari). **Convidados (as) e Colaboradores:** Adalziza Gomes da Silva, Urandy Ribeiro do Val, Joseli Collaço (SUDIS), Dra. Mariana Dias Mariano (CAOPI/MP); Luana Medeiros (CPPI/SEMIPI), Alzira Cornel (CPPI/SEMIPI), Janaina Rodrigues (CPPI/SEMIPI), Augusta Zazula (CPPI/SEMIPI), Caroline Duprat (CPPI/SEMIPI), Janaina Basegio (CPPI/SEMIPI),

José Roberto Jordão Junior (CPPI/SEMIPI); João Toledo (CPPI/SEMIPI). **1) Abertura:** O presidente Jorge Nei Neves inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes e destacando que se trata da primeira reunião ordinária do ano de 2025. Em seguida, faz menção à reunião extraordinária que ocorreu sobre as conferências municipais e reforça a importância do trabalho executado pela gestão da SEMIPI e pelos conselheiros. Destaca o histórico de quase 28 anos do conselho, ressaltando a continuidade do trabalho realizado e a relevante parceria estabelecida com o Ministério Público ao longo dos anos para o fortalecimento das políticas públicas. A Vice-Presidente Larissa Marsolik acompanha a fala do presidente, ressaltando a intensa agenda para as conferências e o comprometimento com todos os trabalhos desenvolvidos. Saúda os presentes e enfatiza o histórico do conselho, desejando avanços significativos nas políticas públicas em 2025. Presta uma homenagem especial ao conselheiro Adrianis Junior, manifestando votos de estima pela recente perda de sua mãe, destacando o cuidado e dedicação dele e de sua família para com a idosa, que contava mais de 90 anos. Ressalta a importância do envelhecimento digno e respeitoso. A Vice-Presidente Larissa informa sobre um grande encontro de gestores e gestoras das políticas para a pessoa idosa, mulher e igualdade racial, previsto para abril ou março, comprometendo-se a trazer mais detalhes futuramente. Agradece ao Diretor-Geral pela disposição em auxiliar a pasta e reforçar a articulação municipalista. Comenta sobre a realização de um evento com gestores municipais, salientando a relevância do encontro para esclarecimento de dúvidas e orientação. Convida os conselheiros a integrarem o Grupo de Trabalho do programa "Paraná Amigo da Pessoa Idosa", frisando a importância da participação do conselho e a parceria com o BID e a Agência Japonesa, que enviou recursos a fundo perdido. Destaca a participação do Paraná no Fórum Econômico da Europa, América Latina e Caribe sobre Economia Prateada, em Barcelona, como único ente subnacional a apresentar um programa na área, evidenciando a relevância do "Paraná Amigo da Pessoa Idosa". Salienta que os governos e gestões passam, mas o conselho permanece. Menciona a forma de repasse aos municípios "Fundo a Fundo" e a dificuldade observada em outros estados que não adotam esse modelo. Reforça que os recursos precisam chegar até quem realmente necessita. O presidente Jorge Nei Neves agradece a fala de Larissa Marsolik e passa a palavra para a promotora Dra. Mariana Dias Mariano, que lamenta não poder estar presencialmente, mas reforça a expectativa de aproximação entre o conselho e o Ministério Público, colocando-se à disposição para um diálogo acessível e informal. **2)**

Aprovação da pauta: Em seguida, o presidente Jorge Neves propõe a aprovação da pauta e Larissa Marsolik sugere uma alteração na ordem dos itens, solicitando que o item 8.4 seja tratado após o item 7. O presidente Jorge Neves também solicita a antecipação do horário da reunião do dia seguinte, de 10h para 8h30, por questões administrativas. A conselheira Bernadete Schenatto manifesta que tentará se adequar, mas não pode garantir presença. **3) Aprovação Ad Referendum:** Jorge Neves passa para as deliberações ad referendum e solicita ao técnico João Toledo que projete a Deliberação 01/2025, que trata da divisão de vagas por porte para eleição nas conferências municipais e estaduais. O parecer do CEDIPI é aprovado. A vice-presidente Larissa esclarece que, para participar da etapa nacional, os conselheiros natos precisam ser eleitos na conferência municipal. Jorge Neves apresenta a Deliberação 02/2025, que altera a composição da Comissão Organizadora da Conferência Estadual, incluindo a Vice-Presidente Larissa Marsolik e a conselheira Leticia Pelissari como representantes da SEMIPI e alterando a titularidade de alguns membros. O parecer é aprovado. Em seguida, o presidente Jorge Neves apresenta a Deliberação 03/2025, que aprova o regulamento da 8ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Agradece à coordenadora Janaina Rodrigues pelo trabalho na redação do regulamento, enfatizando a importância da etapa municipal. O parecer é aprovado. A Deliberação 04/2025, que aprova o calendário de reuniões da Comissão Temporária Organizadora da Conferência, também é apresentada e aprovada. O presidente Jorge Neves agradece novamente a todos pelo trabalho desenvolvido para as conferências. **4) Aprovação das Atas pendentes: Julho/2024, Ext. Ago/2024 e Ext.Fev:** O presidente Jorge Neves aponta algumas fragilidades no ano de 2024, destacando o intenso trabalho da Secretaria-Executiva e a importância do apoio da gestão na disponibilização de equipe de suporte. Fala sobre o tempo definido para redação dos documentos (atas) e ressalta que as gravações ficam disponíveis. O conselheiro Adrianis Junior informa que as atas podem ser solicitadas a qualquer momento. O colaborador Urandyr do Val sugere a possibilidade de utilizar meios tecnológicos, como gravação, para oficializar as atas. O presidente Jorge Neves relembra como eram feitas anteriormente e destaca que, apesar da modernização, a ata escrita ainda é necessária para efetivação dos registros. O presidente Jorge Neves reforça a importância da interação dos idosos com a tecnologia. **5) Informes da mesa diretora do CEDIPI-PR:** O presidente Jorge Neves destaca o encontro de gestores comentado pela Vice-Presidente Larissa. Ele também enfatiza o papel do Conselho Estadual como

referência para os Conselhos Municipais e incentiva os conselheiros a acompanharem as Conferências Municipais. A conselheira Fernanda Salles, representante do Socorro aos Necessitados, comenta sobre a conferência de Curitiba, mencionando que a palestra magna não contemplou todo o tema central do evento. Urandyr do Val reforça a necessidade de incluir os idosos na sociedade e propõe melhorias no atendimento da Polícia Militar, no tempo de semáforo aberto e nas condições das calçadas. O presidente Jorge Neves cita a frase da saudosa Vera Lutke: "Pelo direito de seguir existindo". Dra. Mariana Dias Mariano sugere a emissão de um ofício pelo Ministério Público para convidar os promotores estaduais sobre a importância da participação nas conferências. O presidente Jorge Neves menciona a parceria prévia com o MP durante a pandemia, que possibilitou a realização da Conferência de forma virtual. A conselheira Bernadete Schenatto manifesta apoio à realização da Reunião Ampliada e Descentralizada do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em Curitiba, em abril. A vice-presidente Larissa destaca a importância do evento e solicita apoio da gestão estadual para garantir sua viabilidade.

5.1 Eleições CEDIPI Biênio 2025/2027: O debate avança para as eleições do CEDIPI 2025/2027. A vice-presidente Larissa aponta o fim do mandato em abril e traz considerações enquanto gestão. Menciona o fato do reordenamento das gestões municipais e o atual processo conferencial. Sugere alteração legislativa para permitir prorrogação de mandato, considerando a instabilidade nos municípios e o curto prazo de mobilização. Conselheiros discutem a viabilidade jurídica e o impacto dessa alteração. O presidente Jorge Neves explica as duas propostas em discussão e consulta o plenário sobre a possibilidade de a Vice-Presidente conduzir pesquisas e consultas sobre a viabilidade da alteração legislativa. O colegiado decide pelo encaminhamento da consulta à PGE e constitui a Comissão Eleitoral para que aconteçam concomitantemente, levando em consideração o tempo para constituição de Comissão Eleitoral pelo Regimento do Conselho e a possibilidade de alteração legislativa. A Comissão Eleitoral é instituída, composta pelos conselheiros Adrianis Galdino da Silva Junior (CRESS-PR), Terezinha Correa Maciel Barbosa (API) e Jorge Nei Neves (ASFAPIN) pela sociedade civil, e pelos representantes governamentais Lucimeri Sampaio Bezerra (COHAPAR), Larissa Marsolik (CPPI/SEMIPI) e Sebastião Cavalcanti Neto (SETI). O presidente Jorge Neves suspende a reunião para o almoço. O presidente Jorge Neves abre a reunião e informa que os pontos de pauta que haviam sido alterados não precisarão ser discutidos devido à ausência da Vice-Presidente Larissa Marsolik.

6) Informes da Secretaria

Executiva: Passado a palavra para a Secretária Executiva Nancy Shen para os informes. Nancy Shen informa sobre a substituição dos conselheiros da SETI conforme o Decreto 8713/2025 e apresenta as Deliberações Ad Referendum 01/2025, 02/2025, 03/2025 e 04/2025. Destaca ainda a Deliberação 001/2025, que aprova o custeio da Conferência, a Resolução conjunta CEDIPI-SEMIPI 001/2025 e as atas de julho/2024, Ext. agosto/2024 e Ext. fevereiro/2025. Menciona as faltas justificadas da SEDEF e da SETI e informa que a próxima reunião ocorrerá nos dias 25 e 26 de março. O presidente Jorge Neves fala sobre o acompanhamento da frequência dos conselheiros, ressaltando que o regimento prevê situações específicas para faltas injustificadas. Em seguida, passa para o relato da Comissão Temporária Organizadora da Conferência Estadual. **7) Relato da Comissão Temporária Organizadora da Conferência Estadual. Relato:** A conselheira Larissa Marsolik apresenta um roteiro de discussão para condução da reunião. Organização da Conferência: A conselheira Larissa informa foram designados técnicos da coordenação para serem pontos de referência para dúvidas, sugestões, encaminhamentos e assim ter um diálogo direto com a comissão. Sendo a Coordenadora da Diretoria da Pessoa Idosa Janaína e a técnica Elaine Scantamburlo que já possuem experiência em processos conferenciais e Brenda Follador confeccionando a parte de produção de materiais, as técnicas Simone Hanczuruk e Leticia Pelissari estarão focadas na parte administrativas e execução do processo conferencial. A SEMIPI terá 3 grandes conferências para o ano de 2025 sendo da Igualdade Racial, Mulher e dos Direitos da Pessoa Idosa. Calendário quinzenal de reuniões online e quando haver necessidade presencial; A conselheira Larissa Marsolik informa que o técnico João Toledo está vindo somar junto ao conselho com o apoio a secretaria executiva. Apresentação da Resolução Conjunta: a conselheira Larissa apresenta a Resolução Conjunta, para considerações e apontamentos, os conselheiros Adrianis Junior e Bernadete Schenatto fazem suas sugestões que são aceitas pela comissão. Fica acordado uma reunião com a comissão de orçamento, financiamento e fundo e a convocação plenária extraordinária para deliberar sobre o recurso do Fipar. Fica acordado a reunião comissão de orçamento, financiamento e fundo para o dia 07/02/2025, reunião plenária extraordinária para o dia 10/02/2025 às 13h30 e após a plenária a reunião da comissão organizadora da conferência estadual. A Resolução Conjunta é aprovada pela comissão. Número de participante e delegados: Coordenadora Janaina Rodrigues faz a apresentação do material das etapas processuais, para apontamentos e contribuições. Está sendo trabalhado um número de 700 pessoas,

sendo 653 vagas de delegados e uma margem para observadores e convidados. Em conferências anteriores a média foi de 500 a 515 delegados. Trazendo assim, a possibilidade de representatividade de todos os municípios do estado do Paraná participarem. E para a etapa a etapa nacional, verificar o filtro para o número de 47 delegados. Onde a orientação é que seja 60% de representatividade de sociedade civil e 40% governamental. Ponto de pauta, definir o número de delegados do CEDIPI que serão considerados no total de 47. A conselheira Bernadete Schenatto aprova o material apresentado, os critérios para a etapa estadual e aponta um ponto em que seja necessário auxiliar os municípios nas conferências municipais, de colocarem a representatividade de todos os tipos de envelhecimento do município. Outro ponto é quanto as vagas para o conselho estadual na delegação nacional, onde que Presidente e Vice-presidente precisem estar com 2 vagas no conselho pois representam o conselho. O Presidente Jorge Neves relembra que já havia sido acordado que a mesa diretiva esteja inclusa e verificar a possibilidade de abrir mais uma ou duas vagas para cada segmento, assim poderão participar outros conselheiros estaduais do processo. E faz o apontamento de orientar os municípios que eles apresentem delegados(as) suplentes para casos de intercorrências, para que o município esteja representado. O Presidente Jorge Neves relata que são dois instrumentos no processo de deliberação, onde o Regulamento irá nortear todo o processo e o Regimento é o que norteia o dia da conferência, que será lido e aprovado em plenária. A conselheira Larissa Marsolik fala dos pontos frágeis de enviar um ofício para a nacional com a solicitação de orientação para entendimento do número de vagas para a mesa diretiva. E apresenta uma proposta de Deliberação para o número de delegados e solicita a comissão sugestão de critérios, trabalhar em configuração regional tenha representatividade equivalente. A conselheira Bernadete Schenatto sugere que a questão demográfica de pessoas idosas seja um dos critérios para distribuir as vagas, sobre o percentual de pessoa idosas para distribuir as vagas. Sendo necessário definir para os municípios qual será a sua representatividade se será sociedade civil ou governamental. Outro ponto a ser discutido é a representatividade para a conferência nacional que são eleitos na estadual. A conselheira Bernadete Schenatto faz uma reflexão sobre a conferência que é um espaço de escuta governamental e de fala da sociedade civil e que traz a essa análise de que nacionalmente existe uma discussão muito forte sobre a ampliação de vagas para 60% sociedade civil e 40% governamental. Para as vagas de pequeno porte I, verificar um critério de escolha de representação. O presidente

Jorge Neves lembra que muitos municípios já estarão em processo conferencial em fevereiro e os municípios que realizaram as conferências em novembro/dezembro vai ter que ser considerado como conferência livre e resolver a questão de escolha de delegados. A segunda etapa de trabalho será a divisão por macro regional para ter uma equivalência governamental e sociedade civil. Material orientador: a conselheira Larissa Marsolik sugere logo após a resolução convocando a conferência estadual, enviar um ofício orientador para os municípios, informando a deliberação com os prazos e número de vagas. Aprovado pela comissão. Designação da coordenação da comissão: é apresentada as deliberações 002/2024 e 030/2024 e sugere-se fazer a revogação das deliberações e fazer uma nova deliberação com os conselheiros e sua representatividade e já com a indicação da coordenação da comissão e relatoria. Coordenação: Larissa Marsolik e Relatoria: Adrianis Galdino da Silva Junior. Aprovado. Avaliação da reunião ampliada de dezembro: ponto de pauta para a próxima reunião. **Sugestão da Comissão:** Enviar ofício a Comissão Organizadora Nacional questionando o número de vagas para o Conselho Estadual na Conferência Nacional; Construir o Regulamento da Conferência Estadual; Qualificar a distribuição de vagas: sociedade civil/governamental para os municípios de pequeno porte I; Construir o calendário de reuniões quinzenais da comissão. **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEDIPI: Aprovado. 8) Relato das Comissões Permanentes. 8.1) Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo: 8.1.1) Relatório e Balancete FIPAR:** Foi apresentado o balancete pela técnica Giziane Rodrigues, dos meses de dezembro e janeiro, contendo informações sobre os saldos. Disponibilizada aos conselheiros da Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI, planilha em formato excel, contendo em abas específicas de informações detalhadas tais como; “Balancete FIPAR ESTADUAL”, “Extrato da Conta”, “Controle Doações” e “Resumo Geral Acumulado. Conforme previsão em Deliberação CEDIPI nº 015/2024, segue para aprovação em relação ao 4º trimestre de 2024. O conselheiro Adrianis Junior sugere que se foi aberto o protocolo para contratação de serviços com materiais de divulgação, que seja disponibilizado à comissão de comunicação, no valor de R\$ 192.790,00. **Sugestão de encaminhamento: Aprovado. Parecer da comissão: Aprovado. Parecer do CEDIPI: Aprovado. 8.1.2) Apresentação do monitoramento dos saldos – 4º Trimestre/2024;** A técnica Giziane Rodrigues iniciou explicando que o monitoramento de saldos será apresentado na reunião de março com linha de corte Dezembro/2024, e, também, um

monitoramento mais aprofundado quanto a Del. 018/2021, sendo a única que não prorrogou vigência. Sendo assim, trouxe o montante do último monitoramento de saldos realizado com a linha de corte Setembro/2024. O conselheiro Adrianis Junior propôs que esse ponto de pauta retorne em março com mais conteúdo para ser analisado, com o fechamento do 4º trimestre. **Sugestão de encaminhamento: Ciente. Retorna no mês de março. Parecer da comissão: Ciente. Retorna no mês de março. Parecer do CEDIPI: Ciente. Retorna no mês de março.**

8.1.3) Retomada da presença da Representante da Central de Viagens na Comissão de financiamento e fundo. A técnica da Central de Viagens, Pollyana Mayumi Gabardo, se apresentou para a comissão, esclarecendo pontos da legislação vigente, com a finalidade de elucidar as dúvidas no que concerne às viagens dos conselheiros. O conselheiro Adrianis Junior iniciou falando acerca da necessidade de os conselheiros serem tratados com o princípio da isonomia, e questionou de qual horário até qual horário é contabilizado a diária. A técnica Pollyana Gabardo disse que se o conselheiro sai as 18hs e retorna as 18hs ele tem direito a uma diária. O conselheiro Adrianis Junior ressalta que o CEDIPI é composto por conselheiros idosos e relata situações quanto a possibilidade de viajar de avião, chegada para as reuniões no dia anterior, e extensão do valor da diária até horário posterior (relativo ao retorno efetivamente). A técnica Pollyana Gabardo esclarece que todas as questões devem ser justificadas e o conselheiro Adrianis Junior pede que a central de viagens dialogue com a secretaria executiva e com os conselheiros. O conselheiro Adrianis Junior sugere que seja aberto um protocolo solicitando alterações na legislação da Central de Viagens, tendo em vista o Estatuto da Pessoa Idosa, contendo as petições/sugestões da sociedade civil. **Sugestão de encaminhamento: Aprovado abertura de protocolado contendo as petições/sugestões da sociedade civil com o acompanhamento da central de viagens. Parecer da comissão: Aprovado abertura de protocolado contendo as petições/sugestões da sociedade civil com o acompanhamento da central de viagens. Parecer do CEDIPI: Aprovado abertura de protocolado contendo as petições/sugestões da sociedade civil com o acompanhamento da central de viagens.**

8.1.4) Apresentação do pagamento da captação de recurso por entidade repasses feitos e processos em andamento. Foram apresentados pela técnica Giziane Rodrigues a relação de captação de recursos por parte das entidades. Em relação à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, o conselheiro Adrianis Junior sugere que o Conselho chame a instituição para

que seja possível resolver a questão do resgate do recursos, uma vez que envolve a tratativa com o Banco Bradesco (que fez a doação para o projeto anterior) e está impossibilitada de resgatar o valor total captado, sendo necessário reajustar o projeto. Com isso, sugere que seja enviado um e-mail para a instituição solicitando um cronograma de resgate e desembolso para o referido projeto, contendo a data de vigência do banco de projetos, para que em março o conselho já tenha uma posição. A conselheira Larissa Marsolik sugere que o retorno seja submetido à mesa diretiva e à comissão a fim de que possam chamar online a instituição para tratativas. **Sugestão de encaminhamento: Aprovado encaminhamento de expediente para a instituição. Parecer da comissão: Aprovado encaminhamento de expediente para a instituição. Parecer do CEDIPI: Aprovado encaminhamento de expediente para a instituição e o retorno será submetido a mesa diretiva e a comissão.**

8.1.5) Abertura do orçamento para o Ano de 2025 – informações para orientação ao FIPAR Foi esclarecido que o orçamento de 2025 foi aberto no dia 02/01/2025. E o superávit já foi solicitado à SEFA, no valor total de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões). **Sugestão de encaminhamento: Ciente. Parecer da comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente.**

8.2) Comissão de Políticas Públicas e Comunicação: 8.2.1) Pauta Permanente – Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores. 8.2.1.1) Regulamentação da Lei Estadual de gratuidade ou desconto no transporte coletivo intermunicipal às pessoas idosas. Protocolos nº 21.600.756-5; A Lei que implementa a gratuidade ou desconto de 50% para pessoas idosas na aquisição de passagens para utilização dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal foi oficialmente sancionada em novembro de 2024 (nº 22.162/2024). A nova legislação, que entrará em vigor após 180 dias, em maio de 2025, também prevê a criação da Carteira da Pessoa Idosa Paranaense 65+, que deverá ser expedida para a aquisição do direito. Atualmente está em andamento a regulamentação desta lei, que envolve adaptação dos sistemas e divulgação das novas regras. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente.**

8.2.1.2) Calendário de eventos 2025; 1º Semestre:

MARÇO: 20 de março: Dia Nacional e Estadual do Cuidador de Pessoas Idosas. **ABRIL:** 06 de abril: Dia Mundial da Atividade Física e Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. **MAIO:** 15 de maio: Dia Internacional da Família. **JUNHO:** 1ª semana de junho: Semana Estadual de Prevenção de Acidentes Domésticos Com Pessoas Idosas (Lei 18.952/2017). 15 de junho: Dia mundial de conscientização da violência contra a pessoa idosa. 24 de junho: Dia Mundial de Prevenção de Quedas.

Acompanhar a execução dos Jogos Integrados da Pessoa Idosa – JIIDOS em Junho.

JULHO: 26 de Julho: Dia Nacional dos Avós. **2º Semestre:** **AGOSTO:** Conferencia Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa; **SETEMBRO:** 10 de setembro: Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. 21 de setembro: Dia de Conscientização sobre a Doença de Alzheimer. **OUTUBRO:** 1º de outubro: Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa, mês da Pessoa Idosa. **NOVEMBRO:** Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; **DEZEMBRO:** 1ª semana de dezembro: Conscientização e Combate da AIDS em Pessoas Idosas (Lei 13.504/2017). **Parecer da Comissão: Aprovado. Encaminhamentos:** Encaminhar cópia do calendário aos Conselhos Municipais e sugerir que trabalhem os temas e enviem ao Cedipi os relatórios das ações desenvolvidas. Março: Será elaborada matéria publicitária em comemoração ao dia do cuidador. SESA dará os encaminhamentos à Comissão. Abril: Contatar as Secretarias da Saúde (SESA) e do Esporte (SEES), para verificar a possibilidade de ação presencial sobre o tema. A SESA dará os encaminhamentos à comissão. Maior: Contatar as Secretarias da Família e Desenvolvimento Social (SEDEF), Educação (SEED) e da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), para verificar a possibilidade de ação presencial e/ou publicitária. Conselheiro Victor dará os encaminhamentos a comissão. Junho: SESA verificará a possibilidade de ação presencial e/ou publicitária nos temas de prevenção de acidentes e quedas; contatar as Secretarias da Segurança Pública (SESP), Justiça e Cidadania (SEJU) e a SEMIPI, para verificar a possibilidade de ação presencial e/ou publicitária no tema de enfrentamento às violências à pessoa idosa. Conselheiro Cayo dará os encaminhamentos a comissão. Julho: Contatar a SEDEF para verificar a possibilidade de ação presencial e/ou publicitária no tema. Conselheira Mônica dará os encaminhamentos a comissão. Em maio serão discutidos os encaminhamentos das datas comemorativas do 2º semestre. Parecer do CEDIPI: Aprovado calendário. Deliberado pelo colegiado a retomada das discussões sobre a realização de campanhas e a Coordenadora Janaína Rodrigues e a Conselheira Fernanda Salles apoiarão o trabalho da comissão na definição das melhores estratégias para que as mesmas sejam efetivadas. Retomada do protocolo que encaminha a solicitação de produção de materiais gráficos.

8.3) Comissão de Normas e Fiscalização:

8.3.1) Pauta Permanente – Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores.

8.3.1.1) Relatório Mensal do Disque Idoso PR (dezembro/2024 e janeiro/2025) No mês de **dezembro** foram recebidas **60** denúncias, realizadas **91** orientações e **65** informações, totalizando **216** atendimentos/mês. No mês de janeiro

foram recebidas **134** denúncias, realizadas **270** orientações e **45** informações, totalizando **449** atendimentos/mês. **Parecer da Comissão: Ciente.** Aguardando a execução de ações efetivas do enfrentamento as diversas violências contra a pessoa idosa. Durante a análise dos dados, o representante da SESP José Carlos informou sobre a investigação que realiza sobre as denúncias do Disque 100 e apontou as dificuldades em relação as informações que são insuficientes nos protocolos recebidos. Diante disso, a comissão sugeriu como encaminhamento oficial o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa sobre o conteúdo das situações encaminhadas aos estados pelo Disque 100 que apresentam insuficiência de informações para averiguação. **Parecer do CEDIPI: Aprovado** o encaminhamento sugerido em relação ao Disque 100. Na próxima reunião da comissão, a Coordenação de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa irá apresentar o novo fluxo do Disque Idoso Paraná e o planejamento de ações.

Registro de Denúncias Janeiro – Dezembro/2024												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
451	411	268	243	262	246	198	258	220	234	90	60	2.941
Registro de Orientações e Informações Janeiro – Dezembro/2024												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
30 + 200 = 230	46 + 150 = 196	86 + 80 = 166	55 + 95 = 150	71 + 103 = 174	79 + 111 = 190	92 + 90 = 182	86 + 136 = 222	94 + 90 = 184	172+120 = 292	112+106 = 218	91 + 65 = 156	2.360
Janeiro – Dezembro/2024												
Denúncias							2.941					
Orientações e Informações							2.360					
Total de Atendimentos: 5.301												
Principais Violações Contra a Pessoa Idosa – PR – Janeiro a Dezembro/2024												
1º Violência Verbal e Psicológica												
2º Negligência												
3º Violência Financeira e Patrimonial												
4º Violência Física												
5º Abandono												

8.3.1.2) Relatório do uso do carro do CEDIPI (Dezembro/2024 e Janeiro/2025). Nos meses de dezembro de 2024 e janeiro 2025 o carro Jeep Renegade, não foi utilizado. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDIPI: Ciente.** **8.3.1.3) Resposta do**

protocolo nº22.799.184-4 – solicitando a quantidade de pessoas idosas e qual apoio necessário. Em atenção ao Ofício 166/2024 CEPI/PR - que solicitou informações sobre os dados populacionais das comunidades indígenas da região oeste do Paraná (municípios de Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena e Itaipulândia), principalmente no que diz respeito ao número de pessoas idosas por comunidade, o Ministério da Saúde – Secretaria de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul encaminhou como resposta o ofício 134/2024 em 12 de novembro de 2024 conforme foi encaminhado a estes conselheiros para ciência. **Parecer da Comissão: Ciente. Sugestão de encaminhamento:** Levantamento da população indígena idosa em todo o Paraná a fim de planejar ações para serem incluídas no 3º Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. **Parecer do CEDIPI: Aprovado.** Sugere-se o fortalecimento da interlocução entre as pautas de garantia de direitos da SEMIPI, assim como dos conselhos correlatos. Oficiar os demais conselhos, convidando-os para uma reunião conjunta para articulação de ações intersetoriais ainda no mês de março. **8.4) Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais. 8.4.1) Pauta Permanente – Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores. 8.4.1.1) Pedido de Prorrogação do Prazo do ARCPF.** A vice-presidente do CediPI e Diretora de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, Larissa Marsolik, apresentou para a Comissão diversos pontos relacionados ao processo de emissão dos Atestados de Regularidade de Conselho, Plano e Fundo, tal como a vigência dos Planos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa e a nova composição dos Conselhos Municipais, considerando as novas gestões. Solicita à Comissão o encaminhamento de deliberação de prorrogação do prazo de validade dos atuais Atestados para até 30 de junho de 2025, além da elaboração de ofício circular aos municípios, juntamente com a nova deliberação, para ciência. A Diretora também solicita a esta Comissão o planejamento estratégico do processo de renovação dos ARCPFs para 2025, com a realização de sensibilização aos municípios quanto a importância destes documentos, assim como a orientação aos que ainda não possuem este Atestado, pela ausência de Fundo Municipal e Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, considerando a possibilidade de realização de *live* orientativa e outras estratégias, que a Comissão possa entender pertinente posteriormente, tendo previsto para a próxima reunião do mês de março a apresentação deste planejamento. **Parecer da Comissão: Aprovado. Parecer do CEDIPI: Aprovado. 9) Informes dos Conselheiros e Colaboradores:** O conselheiro Adrianis Junior agradeceu pelas mensagens de carinho e

condolências e reafirmou o compromisso do conselho na garantia de direitos de todas as pessoas idosas. O Colaborador Urandyr do Val agradece pela consideração e carinho com a pessoa dele. **11) Encerramento:** O presidente Jorge Neves agradece a todos os presentes pela reunião e encerra com uma mensagem de reflexão. Ata redigida pelo técnico João Eduardo Toledo de Lima.